



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 910/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 2384/2013 (03 volumes).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Controladoria Geral do Município de Manaus – CGM.

4- Exercício: 2012.

5- Responsável: Sra. Lucilene Florêncio Viana, ex-Controladora-Geral do Município de Manaus – CGM.

6- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3438/2014-MP-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral de Contas (fls. 442/448).

7- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas. Controladoria Geral do Município de Manaus – CGM. Exercício de 2012.

Rejeição de inconstitucionalidade art. 10 da Lei Municipal n.º 1.522/2010. Declarada a inconstitucionalidade do art. 11 da Lei Municipal n.º 1.522/2010. Ciência ao Procurador Geral de Justiça. Remessa dos Autos ao MPE.

8- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

8.1- Rejeitar o incidente de inconstitucionalidade em relação ao art. 10 da Lei Municipal n.º 1.522/2010 suscitado pelo procurador que atua no feito principal de Prestação de Contas Anual, por tratar-se de controle abstrato de exercício não permitido a esta Corte, comunicando, em ato contínuo, o Procurador Geral da República para que intente a ação adequada, caso assim entenda, com fundamento no artigo 103, VI, da Constituição Federal;

8.2- Admitir o incidente de inconstitucionalidade em relação ao art. 11 da Lei Municipal n.º 1.522/2010 suscitado pelo procurador que atua no feito principal de Prestação de Contas Anual, pela competência insculpida nos arts. 292 e 293 da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM;

8.3- No mérito, declarar, de forma incidental, a inconstitucionalidade do art. 11 da Lei Municipal n.º 1.522/2010, o qual instituiu a “Gratificação Técnica de Controle – GTC”, por violação ao art. 37, X e XIII, e art. 61, § 1º, ambos da Constituição Federal, com efeitos adstritos somente aos processos sob a competência de julgamento desta Corte de Contas;

8.4- Comunicar o Procurador Geral de Justiça sobre o objeto desta arguição de inconstitucionalidade, uma vez que também há possível violação à



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 910/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

Constituição Estadual, o que enseja o controle de constitucionalidade da norma municipal perante o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no exercício da competência estabelecida no art. 72, I, “f”, da Constituição do Estado do Amazonas;

8.5- Concluído o julgamento e os tramites relativos ao Incidente de Inconstitucionalidade, **devolver os autos ao douto Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas**, para observar a correta tramitação Regimental, e pronunciar-se acerca dos aspectos meritórios da presente Prestação de Contas; e,

8.6- Após a manifestação conclusiva do Órgão Ministerial, que o processo **seja devolvido ao Gabinete do relator** para manifestação quanto ao mérito das Contas da CGM, exercício de 2012.

9- Ata: 40ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

10- Data da Sessão: 28 de outubro de 2015.

11- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

11.1- Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral